



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, - Bairro Alto da Jacuba
Diamantina/MG, CEP 39100-000

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para fornecimento de link dedicado de internet para instalação na Moradia Estudantil Universitária da UFVJM.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

2.1. Os serviços propostos, por suas características, classificam-se como comuns, pois é possível especificar e medir o desempenho e a qualidade dos serviços usando parâmetros usuais no mercado e contínuos, pois o objeto da contratação se estende necessariamente por mais de um ano e é essencial para o negócio. Sendo assim, a Solução enquadra-se na modalidade de licitação Pregão e tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

2.2. As especificações e informações técnicas são de responsabilidade do integrante técnico do planejamento desta contratação.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Moradia Estudantil Universitária MEU, regulamentada pela Resolução 13, de 23 de novembro de 2016 (Consu/UFVJM) é o conjunto de edificações destinadas a garantir o alojamento temporário de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em um dos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), contribuindo, dessa forma, para sua formação social, acadêmica e profissional. Seus objetivos podem ser definidos em: contribuir para que os discentes tenham igualdade de condições para acesso e permanência na educação superior; proporcionar aos discentes ambientes em condições adequadas à moradia, estudo e convivência, visando o bom desempenho acadêmico e incentivar o espírito de organização, cooperação e convivência coletiva entre os discentes moradores. Atualmente a MEU está em funcionamento com dois blocos de apartamentos. A estrutura física de cada um deles é composta por 48 apartamentos e cada um possui 6 ou 7 quartos individuais, copa/cozinha montada (geladeira, fogão e micro-ondas) e dois banheiros. Há quartos adaptados para pessoas com deficiência. Cada quarto possui cama (com colchão), armário e mesa de estudos de alvenaria. Além disso, cada bloco de apartamentos conta com duas lavanderias coletivas. A estruturação da Moradia Estudantil está em processo constante de novas adaptações, pois ainda que esteja em funcionamento, há melhorias que devem ser realizadas para ampliação da qualidade de vida dos discentes moradores. Ressalta-se que no processo histórico de consolidação da MEU, os próprios estudantes foram atores importantes, uma vez que no ano de 2014 fizeram protesto e ocupação, objetivando ampliar o debate sobre o tema, sensibilizando tanto agentes públicos e políticos para a questão social da Moradia Estudantil. Ressalta-se ainda o Inquérito Civil nº 91.22.011.000142/2014-39, que, entre outras coisas, tangencia a necessidade da Moradia Estudantil. A MEU/UFVJM foi inaugurada no dia 27 de junho de 2017, a partir de então vem se consolidando e constituindo um dos benefícios do Programa de Assistência Estudantil (PAE) da UFVJM de extrema relevância. Atualmente a MEU atende continuamente um público de 164 discentes, sendo que o processo de ocupação está gradativamente ocorrendo. A previsão é que nos próximos editais do Programa de Assistência Estudantil a ampliação de moradores atinja todas as 305 vagas. A MEU ainda atende os discentes da Licenciatura em Educação no Campo (LEC), que durante o Tempo Universidade se hospedam na MEU. A ocupação da Moradia foi um passo importante na implementação qualitativa do PAE/UFVJM, no entanto algumas questões ainda ficaram pendentes, causando impossibilidade no cumprimento efetivo dos objetivos da MEU. A inexistência de internet para acesso dos discentes atualmente é um fator, desfavorável na busca por melhoria das condições de acesso e permanência na MEU e consequentemente causa impacto no cumprimento da finalidade de "ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal", como destacado no Art. 19 do Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES (Decreto NQ 7.234, de julho de 2010), uma vez nos tempos atuais, a internet é essencial na vida acadêmica. Não se pode compreender a Moradia Estudantil apenas como um espaço físico capaz de alojar estudantes, pois, o espaço deve propiciar uma vida digna e com qualidade, com ambientes de estudo, lazer etc, nesse aspecto, a falta de internet impede tanto o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas, como

a própria utilização da tecnologia como meio lazer. De acordo com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da UFVJM, por volta de Maio de 2018 foi autorizado pelo MEC à contratação de link de internet via RNP e sendo subsidiado pelo ministério, entretanto, não houve repasse de recurso para este último, inviabilizando este processo. Além disso, a Moradia não possuía rede lógica implantada, atualmente em vias de finalização. Em novo contato com a RNP, a situação relatada no início ainda se perpetua, o que justifica a contratação de Internet pela própria universidade até isto seja sanado.

4. DOS BENS QUE COMPÕEM O OBJETO E ESTIMATIVA DE PREÇO

Item	CATMAT	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário Mensal Estimado	Preço Total Anual Estimado
1	26506	Fornecimento de link de internet em fibra óptica Full Duplex de 50Mbps de velocidade	Unidade	1	R\$7.224,66	R\$86.695,92

4.1. A estimativa de preço foi realizada de acordo com as exigências previstas na Instrução Normativa SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014, e pelo Painel de Preços.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

5.1. Identificação das necessidades de negócio

5.1.1. A solução de Tecnologia da Informação compõe em um link de internet dedicado e deverá ser instalado na Moradia Estudantil da UFVJM, localizado no Trevo do Biribiri, 97, Pedra Grande - Diamantina - MG, 39100-000;

5.1.2. A solução deverá prover acesso à rede mundial de computadores;

5.1.3. A solução deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias da semana durante todo o período de vigência do contrato.

5.2. Identificação das necessidades tecnológicas

5.2.1. Fornecimento de link de internet em fibra óptica Full Duplex de 50Mbps de velocidade;

5.2.2. Garantia mínima de 100% da taxa de transmissão da banda contratada, incluindo todos os softwares, hardwares e serviços necessários para implementação, operacionalização e gerenciamento dos mesmos.

5.3. Requisitos de Instalação

5.3.1. A instalação e ativação do Link na Moradia Estudantil Universitária, incluindo toda a infraestrutura, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato;

5.3.2. **Endereço da Moradia Estudantil Universitária:** Trevo do Biribiri, 97, Pedra Grande - Diamantina - MG, 39100-000.

5.3.3. A instalação da solução deverá ser feita por profissionais devidamente qualificados e habilitados;

5.3.4. Todos os custos de instalação serão de responsabilidade da CONTRATADA;

5.3.5. Entende-se por instalação a criação de circuito ótico entre o ponto de presença da CONTRATADA e a Moradia Estudantil, além da plena ativação dos serviços de conectividade e configuração lógica:

5.3.5.1. Os ativos de rede fornecidos pela CONTRATADA deverão ser dimensionados de forma a garantir o desempenho e os níveis mínimos de serviço requeridos para o Link, conforme Item 5.7 Níveis mínimos de serviço;

5.3.5.2. O Link deverá ser conectado, por meio de cabo UTP ou fibra óptica, em equipamento, de propriedade da UFVJM;

- 5.3.6. A instalação do ponto de acesso físico na Moradia Estudantil, correspondendo toda a ligação necessária para conectar o ponto de presença da contratada ao Datacenter da Moradia Estudantil, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;
- 5.3.7. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos e componentes, para a prestação do serviço;
- 5.3.8. Os materiais a serem utilizados na instalação deverão ser de qualidade e propriedades físicas que melhor se adaptem as condições a que estarão sujeitos, de acordo com as práticas de engenharia e Normas Técnicas em vigor no Brasil;
- 5.3.9. Deverão ser fornecidos 2 (dois) endereçamentos IPv4 contínuos e loteável na Internet.
- 5.3.9.1. Os endereços IPs fornecidos deverão ser totalmente válidos para a Internet, não podendo constar em listas de Spams com registro anterior à data da ativação do Link;
- 5.3.10. Após a Instalação, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação referente aos endereços IPs dos ativos de rede, faixa IPs fornecida, endereços IPs do serviço DNS e endereço web do Portal de Gerência;
- 5.3.11. O enlace e a porta de acesso ao backbone Internet da CONTRATADA deverão ser exclusivos não podendo haver compartilhamento com outros clientes:
- 5.3.11.1. Deverá ser disponibilizada uma infraestrutura própria de forma que não seja compartilhada;
- 5.3.11.2. Não poderão existir enlaces sem fio para no acesso ao backbone Internet da CONTRATADA;
- 5.3.12. O aceite será dado após o Teste de Conformidade e a visualização das informações do Link no Portal de Gerência com o seu efetivo gerenciamento.
- 5.4. **Item 01 - Especificações para Link de Internet 50 Mbps**
- 5.4.1. A velocidade de 50 Mbps deverá ser fornecida tanto para o tráfego de entrada (download) como para o tráfego de saída (upload);
- 5.4.2. A CONTRATADA deverá considerar a velocidade apresentada como banda livre (banda efetiva IP), descontando qualquer overhead que possa vir a ser introduzido pelo protocolo;
- 5.4.3. O Link deverá ser entregue e mantido sem nenhum mecanismo de restrição a qualquer volume de tráfego;
- 5.4.4. Possuir protocolo SNMP habilitado com acesso de leitura e permitir a configuração de traps, pelo CONTRATANTE;
- 5.5. **Requisitos de manutenção, reparo e suporte técnico**
- 5.5.1. A CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano para a solução de problemas relacionados ao funcionamento dos serviços prestados;
- 5.5.2. Os serviços de suporte deverão ser prestados de forma presencial ou remota, dependendo da necessidade ou solicitação da UFVJM;
- 5.5.3. O suporte técnico da CONTRATADA deverá permitir abertura de chamados técnicos por meio de telefone franqueado (ex. Serviço 0800), adicionalmente poderá fornecer atendimento para abertura de chamados técnicos via Portal na Internet e/ou através de endereço de correio eletrônico (e-mail);
- 5.5.4. Os chamados abertos de suporte técnico poderão ser referentes a todas as atividades de responsabilidade da CONTRATADA considerando os serviços contratados, englobando, mas não se limitando, a instalação, configuração, recuperação, alteração e remoção de equipamentos, enlaces, roteamento, endereçamento IP entre outros;
- 5.5.5. Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, como tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, telefone e e-mail do contato na CONTRATANTE que foi posicionado acerca do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado e responsabilidades;
- 5.5.6. O limite de atuação da CONTRATADA para fins de manutenção, reparo e configuração será a porta LAN de seus roteadores ou switches, de forma a garantir os níveis de serviço contratados;
- 5.5.7. É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção dos equipamentos, enlaces e cabos utilizados para fornecimento do Link, sem ônus para a UFVJM;

- 5.5.8. Os equipamentos defeituosos, caso não possam ser reparados, deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem ônus para a UFVJM;
- 5.5.9. Quaisquer modificações e/ou reconfigurações que necessitem ser executados nos equipamentos pela CONTRATADA deverão ser autorizadas e acompanhadas por um responsável da UFVJM;
- 5.5.10. A CONTRATADA deverá negociar com a CONTRATANTE as interrupções programadas com antecedência mínima de 5 dias úteis;

5.6. Requisitos do Portal de Gerência

- 5.6.1. A CONTRATADA deverá fornecer portal WEB de Gerência para visualização das informações da prestação do serviço de Link de Internet, possibilitando o acompanhamento histórico ou em tempo real do desempenho e da utilização dos circuitos;
- 5.6.2. O Portal deverá possuir acesso as informações de gerenciamento do Link para usuário autenticado da UFVJM;
- 5.6.3. O Portal deverá apresentar informações relativas aos ativos de rede utilizados e dados trafegados com as seguintes funcionalidades:
- 5.6.3.1. Alertas em caso de falhas e anormalidade dos circuitos;
- 5.6.3.2. Topologia da rede, incluindo roteadores e circuitos, com a visualização do status de todos os elementos ou sistema que forneça Análise dos Relatórios, Relatórios Periódicos, Gestão Contínua Pró-Ativa;
- 5.6.3.3. Visualização da utilização de banda dos circuitos, de forma diária, semanal e mensal, com a opção de consulta de dados históricos;
- 5.6.3.4. Visualização do consumo de CPU e memória dos roteadores;
- 5.6.3.5. Indicação da taxa de perda de pacotes, latência e disponibilidade nos circuitos;
- 5.6.3.6. Inventário dos roteadores contendo a configuração física de cada equipamento (interfaces, memória, cpu, etc); modelo e fabricante; endereços IPs e máscaras;
- 5.6.3.7. Em caso de problemas no Portal de Gerência, a correção será realizada em até 05 (cinco) dias uteis, após a notificação do problema.

5.7. Níveis Mínimos de Serviço

- 5.7.1. A CONTRATADA deverá fornecer de link de internet em fibra óptica Full Duplex de 50Mbps de velocidade com os seguintes níveis mínimos de disponibilidade, latência e taxa máxima de erro, os quais são utilizados para mensurar o desempenho e a qualidade dos circuitos:

Indicador	Disponibilidade do acesso à internet
Descrição	A disponibilidade indica o percentual de tempo, durante o período de um mês operando 24 (vinte quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em que o acesso à Internet permanece em condição normal de funcionamento.
Periodicidade	Mensal
Instrumento de Medição e Forma de acompanhamento	Portal de Gerência. O cálculo da disponibilidade se dará em função do número de minutos que o serviço esteve disponível e indisponível em um mês, conforme a fórmula abaixo: $D \% = \{[(DR + IJ) / DP] \times 100\}$ Onde: D % = Disponibilidade em porcentagem DR = Disponibilidade Real no mês => quantidade de minutos no mês que o serviço esteve disponível; IJ = Indisponibilidade Justificada no mês => quantidade de minutos no mês que o serviço esteve indisponível e foi justificado; DP = Disponibilidade Prevista => quantidade total de minutos no mês Cabe ressaltar que a indisponibilidade justificada decorre de: a) Períodos de manutenção por interesse da CONTRATANTE; b) Paradas acordadas entre CONTRATADA E CONTRATANTE; c) Motivos de força maior (guerras, terremotos, enchentes, etc).

Limites/Disponibilidade	≥ 99,7%
Glosa	Até 1 (uma) hora de indisponibilidade excedente ao limite, glosa de 3% do valor mensal do contrato.
	Até 4 (quatro) horas de indisponibilidade excedente ao limite, glosa de 5% do valor mensal do contrato.
	Acima de 4 (quatro) horas de indisponibilidade excedente ao limite, glosa de 10% do valor mensal do contrato.

Indicador	Perda de Pacotes
Descrição	É o tempo que um pacote leva para percorrer a conexão de rede (tempo de enfileiramento, propagação, roteamento e transmissão), da origem até o destino.
Periodicidade	Mensal
2 Instrumento de Medição e Forma de acompanhamento	Portal de Gerência. O tempo médio de latência é medido tendo como referência o envio e recebimento de um pacote (em ms, ida e volta – roundtrip) de informações de teste, contendo em média 500 (quinhentos) bytes, entre a origem (switch da UFVJM conectado ao link de saída Internet) e o destino (Ponto de Presença) da CONTRATADA
Limites/Disponibilidade	Até 70 ms
Glosa	Glosa de 2% do valor mensal do contrato em caso de latência superior ao limite estabelecido.

Indicador	Latência
Descrição	Taxa de erros ocorridos nos pacotes recebidos e transmitidos por um acesso ao circuito da CONTRATADA
Periodicidade	Mensal
3 Instrumento de Medição e Forma de acompanhamento	O Portal de Gerência deverá apresentar a percentagem de perda de pacotes por período específico de tempo (ex.: mensal).
Limites/Disponibilidade	Taxa de perda de pacotes máxima de 2%
Glosa	Glosa de 2% do valor mensal do contrato em caso de perda de pacotes superior ao limite estabelecido.

5.7.2. A tabela abaixo apresenta, de forma resumida, os níveis de serviço que deverão ser alcançados pela CONTRATADA:

--	--

Métrica	Nível Mínimo de Serviço
Disponibilidade do circuito internet	≥ 99,7%
Latência	≤ 70ms
Perda de pacotes	≤ 2%

5.8. Direitos de Propriedade

5.8.1. Na prestação de serviços toda a documentação a ser gerada, com informações sobre os dados trafegados, bem como as informações do ambiente computacional, é de propriedade exclusiva da UFVJM, devendo ser mantido o devido sigilo.

6. DOS DEMAIS REQUISITOS

6.1. Requisitos Legais:

6.1.1. Serão observadas, dentre outras normas:

- a) Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- b) Lei Federal nº 10.520/2002: Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- c) Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- d) Decreto nº 5.450/2005: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- e) Instrução Normativa Nº 1, de 4 de Abril de 2019: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

6.2. Requisitos Legais Específicos:

6.2.1. Lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014: Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

6.3. Requisitos de Capacitação:

6.3.1. Não se aplica.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- a) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- c) receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d) aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- e) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- f) comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- g) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- h) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- h) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

9. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Atendendo aos preceitos do art. 72 da Lei nº. 8.666/93, considerando as peculiaridades do mercado e com intuito de possibilitar a perfeita execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, é permitido à empresa subcontratar, sob sua conta, risco e responsabilidade, a instalação, desinstalação e a assistência técnica. Tal condição deverá ser explicitamente informada por escrito, destacando-se os dados da empresa subcontratada.

10. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE;

11.2. O(s) representante(s) da CONTRATANTE deverá(ão) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

11.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

11.4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá se aceitar pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

11.5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores/níveis de serviços, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com regras previstas no ato convocatório;

11.6. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

11.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da lei no 8.666, de 1993;

11.8. O fiscal técnico do contrato deverá analisar, no mínimo, uma vez por mês a qualidade da entrega do serviço ofertado, observando o item 5.7 que trata os níveis mínimos de serviço.

11.9. A análise mencionada acima deverá ser feita a partir de um software entregue pela CONTRATADA sem ônus à CONTRATANTE.

12. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12.1. Fixação dos Critérios de Aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e níveis de serviços com os valores mínimos aceitáveis para os principais elementos que compõe a Solução de Tecnologia da Informação:

12.1.1. O serviço deverá possuir internet dedicada com link de internet exclusivo, garantindo a velocidade mínima na legislação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

12.2. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, utilizando ferramenta homologada pela ANATEL para medição da velocidade da internet, como a Entidade Aferidora de Qualidade disponível em <http://www.brasilbandalarga.com.br/bbl/> ou equivalente.

12.3. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. Fixação dos valores e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, que só deverá ocorrer quando a contratada:

a) não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos Critérios de Aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas;

12.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.6. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.12. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.13. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.14. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

12.14.1. Teste da velocidade periódico;

12.14.2. Realização de consulta aos usuários para verificar a qualidade do serviço;

- 12.14.3. Verificação da disponibilidade do serviço;
- 12.14.4. Controle dos prazos de instalação do serviço;
- 12.14.5. Verificação da adequação dos equipamentos utilizados, determinando a necessidade de sua manutenção/substituição.
- 12.14.6. Demais ações de controle necessárias.

13. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 13.1. Fonte (Programa/Ação): A indicação da fonte de recursos da dotação orçamentária será realizada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento da UFVJM.
- 13.2. A estimativa do impacto no orçamento da UFVJM é de R\$7.224,66 mensais ou R\$86.695,92 anuais.
- 13.3. Cronograma de execução física e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da Solução a ser contratada, com os principais serviços ou bens que a compõe, e a previsão de desembolso para cada uma delas:
 - 13.3.1. Os serviços serão liquidados mensalmente em caráter pós-pago.

14. **DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 14.1. O pagamento será efetuado mensalmente pela CONTRATANTE;
- 14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:
 - 14.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela mensal, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
 - 14.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 14.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
 - 14.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 14.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 14.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 14.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5o, § 3o, da Lei no 8.666, de 1993.
- 14.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 14.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 14.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 14.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 14.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.
- 14.14. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5o-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 14.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, sendo:

I = índice de atualização financeira;

TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM=Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;
- 15.1.6. não manter a proposta.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 15.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 15.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, de 10 % (dez por cento), sobre o valor total do contrato.
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos e serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. **DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

16.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

17. **JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

17.1. Não se aplica. Tratando de contratação de link para acesso a internet, não há que falar em parcelamento pois se trata de serviço com características que fazem com que sua divisibilidade se torne tecnicamente inviável.

18. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Será selecionado além de oferecer o menor preço unitário.

PROPOSTA TÉCNICA / DE PREÇO

As empresas participantes da licitação deverão identificar os itens, descrevendo os detalhes, características e peculiaridades de cada um, bem como marca e modelo dos bens ofertados, para fins de avaliação e comprovação de atendimento das especificações técnicas exigidas.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica será aquela definida nos critérios de habilitação - qualificação técnica.

CARACTERIZAÇÃO DA SOLUÇÃO

Conforme especificação técnica descrita neste termo de referência.

TIPO DE LICITAÇÃO

Menor preço por item.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico TRADICIONAL, obedecendo ao disposto no Decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019.

JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA (LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI Nº 8.248/91)

A contratação será destinada a ampla concorrência, haja vista o valor exceder o limite de R\$ 80.000,00 previsto no inciso I, do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Não se aplica.

CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ART. 30 – LEI 8.666/93)

As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

- a) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste instrumento, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- b) Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.
- c) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- d) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

O(s) atestado(s) deverá(o) comprovar serviços de natureza compatíveis, permitindo estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais e técnicas, dimensionais e qualitativas com os serviços que compõem o objeto desta licitação. Com isso elimina-se empresas incapazes tecnicamente de realizar serviços desta natureza.

CRITÉRIOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

Não se aplica.

CRITÉRIOS TÉCNICOS PONTUÁVEIS

ID	Critério Técnico Pontuável (para técnica e preço)	Pontuação	%	Justificativa
1	Não se aplica			
	Total	Não se aplica		

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS UNITÁRIOS E GLOBAIS

A presente aquisição é do tipo MENOR PREÇO, sendo vencedora(s) a(s) empresa(s) que ofertar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM que atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste termo de referência ou imponham condições;

Serão desclassificadas as propostas que:

- que apresentem valores manifestamente excessivos;
- que lançadas em desacordo com o Termo de Referência, apresentando-se omissas, vagas com irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento;
- que apresentem preço unitário ou global superior ao orçado pela Administração, após a fase de lances;
- que apresentem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR ITEM, conforme especificado neste Termo de Referência, respeitadas as determinações legais previstas na Lei Complementar no 123 de 14 de dezembro de 2006;

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
Igor Oliveira Crisóstomo Matrícula: 1969783	Marcelo Luiz de Laia Matrícula: 1785274	Vinício Lemke Pratte Matrícula: 1267256

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Elton Pereira Rosa Diretor de Tecnologia da Informação Matrícula: 1823533



Documento assinado eletronicamente por **Vinício Lemke Pratte, Servidor**, em 11/10/2019, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Oliveira Crisostomo, Servidor**, em 11/10/2019, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elton Pereira Rosa, Diretor(a)**, em 11/10/2019, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Luiz de Laia, Pro-Reitor(a)**, em 11/10/2019, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0013586** e o código CRC **4E591662**.

